

SENHORES E ESCRAVOS NO PARANÁ PROVINCIAL

Vicente Moreira da Silva

FRANCO NETTO, Fernando. **Senhores e Escravos no Paraná Provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava (1850-1880)**. Guarapuava: UNICENTRO, 2011.

A discussão proposta por Fernando Franco Netto no livro: *Senhores e Escravos no Paraná Provincial: os padrões de riqueza em Guarapuava (1850-1880)* tem por objetivo analisar a sociedade e a economia de Guarapuava no Segundo Reinado, tendo como foco o sistema escravista na Província do Paraná. A segunda metade do século XIX foi um período em que a economia paranaense e, em específico, a de Guarapuava, se consolidava pela posse de escravos e a propriedade de terras. Estas se constituíam como as principais formas de riquezas. Conforme evidencia José Flávio Motta, na apresentação da obra, os escravos perfaziam quase um quinto do valor total dos bens arrolados nos inventários na década de 1850 e se igualou, nos dois decênios seguintes, respectivamente, a 15,5% e a 4,6%.

A obra de Fernando Franco Netto originou-se de sua Dissertação de Mestrado em História Econômica, defendida em 2000, na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), sob a orientação da professora Dra. Maria do Carmo Sampaio di Creddo. O autor, formado em Ciências Econômicas, teve como propósito em sua pesquisa oferecer contribuições para o estudo da economia e da sociedade, com ênfase em Guarapuava. Trata-se de um estudo baseado num conjunto de fontes primárias, a partir dos quais o autor busca analisar a distribuição e a composição da riqueza no município, abordando a posse de escravos e a propriedade de terras. Segundo o autor, “[...] Com a economia pecuária baseada na posse de grandes propriedades de terra e no trabalho escravo, a expansão das terras surge como fundamental para a formação de riqueza numa economia onde as precariedades dos meios de utilização dos fatores de produção determinam

a improdutividade do sistema, e a mão de obra escrava, atuando como fator de riqueza e como meio de produção, é elemento básico para o funcionamento do sistema”. (FRANCO NETTO, 2011, p. 161).

A obra é dividida em três partes, sendo elas subdivididas em capítulos. Na primeira parte é apresentado um panorama geral do contexto histórico internacional do período, abrangendo a formação do Estado brasileiro e situando a questão da escravidão nos séculos XVIII e XIX. Os capítulos analisam a conjuntura internacional e o sistema escravista da colônia luso-brasileira, bem como o processo de formação econômica do Estado brasileiro e a escravidão. Na segunda parte é analisado o sistema escravista na Província do Paraná, abordando nos capítulos, a formação da sociedade paranaense e as relações de produção baseadas no trabalho escravo, as quais foram predominantes em boa parte do século XIX. Na terceira parte são analisados os dados referentes ao município de Guarapuava. O livro parte da análise da escravidão e da estrutura fundiária em Guarapuava e, posteriormente, analisa os padrões de riqueza no município. Na análise, são levados em consideração os informes provenientes dos processos de inventários, os preços dos cativos e os tipos de bens pelo seu valor de avaliação, subsidiando consideráveis comparações com outros modos de riquezas como: terras, campos, casas, móveis e animais.

A base da economia brasileira na Colônia e no Império esteve alicerçada sobre o trabalho escravo. Guarapuava tinha como características básicas a exploração da pecuária e da lavoura de subsistência, com base em grandes latifúndios. A economia voltada, exclusivamente ao mercado interno, fomentou o sistema escravista como

importante fator de produção. A povoação de Guarapuava ocorreu com a promulgação da Carta Régia de 1809, que tinha como objetivo a ocupação dos “campos de Guarapuava” e dos “Campos de Palmas”. Houve a distribuição de terras por meio da concessão das sesmarias. Essa política imperial favoreceu, sobremaneira, os proprietários de escravos que possuíam capital.

O regime escravocrata constituiu-se, a partir de então, como uma estratégia de desenvolvimento, visto ser um fator impulsionador da acumulação de capital. O valor dos escravos negros, por uma questão de mercado (oferta e demanda), atingiu valores exorbitantes. A mão de obra dos indígenas foi, então, cogitada como uma possibilidade de baixo custo, já que era numerosa na região. Isso provocou diversos conflitos entre pioneiros e a população indígena, que se manifestaram de forma violenta e agressiva. Assim, índios e negros tornaram-se as bases do sistema da escravidão na Província do Paraná nesse período; o que era, de certa forma, amparado pela legislação imperial.

Porém, o advento da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, os movimentos de independência das ex-colônias americanas e os levantes de escravos nas Antilhas, exerceram influências nas relações econômicas, sociais e políticas, estabelecendo um novo ordenamento mundial e redirecionando a conjuntura econômica da colônia. Nas nações européias, sobretudo na Inglaterra, com a consolidação do capitalismo, a propriedade da terra e suas relações com a atividade econômica e política se constituíram como fontes de riqueza e de produção, alterando as formas de trabalho, em função das novas técnicas e processos produtivos implantados nas propriedades agrícolas, em meados do século XVI.

No Brasil, com a promulgação da Lei de Terras, em 1850, foi alterada profundamente a economia brasileira, no que se refere à propriedade da terra e às relações de trabalho. Considerava-se que a política de distribuição e posses de terras, bem como a promulgação da Lei, poria fim às disputas que se originaram nessa época. No entanto, ocorreram dificuldades e controvérsias, pois os senhores não forneciam informações verídicas sobre suas posses; os registros dos órgãos responsáveis não condiziam com a realidade, devido à falta de conhecimento do processo de registro por parte dos vigários, a corrupção em torno da distribuição de

propriedades, sobretudo, aquelas dos aldeamentos indígenas, e a defesa dos próprios interesses.

A possibilidade de desenvolvimento do Brasil no século XIX foi fundada na comercialização de escravos, o que era visto como relevante para a economia, pois trazia grandes ganhos. Com a emergência do café, ainda no início do século XIX, a economia do Império começou a ganhar novas estruturas. No entanto, o uso dos escravos como mão de obra foi utilizada como possibilidade de manutenção do lucro e de estabilidade econômica. As primeiras mudanças se deram a partir da promulgação da Lei de 1850, que aboliu o tráfico de escravos possibilitando a transição para o trabalho livre e assalariado no país.

A economia da região sul era tida, nesse contexto, como fundamental para o desenvolvimento interno e como suporte para economia de exportação, pelo fato de se basear na pecuária, na lavoura de subsistência, na grande propriedade latifundiária e no trabalho livre e escravo. No entanto, as pressões internacionais para abolir o trabalho escravo e as possíveis transformações introduzidas a partir da cultura cafeeira deram suporte para o desenvolvimento da política imigratória. Segundo o autor, “Nos últimos anos do século XIX, o número de imigrantes sobe consideravelmente, fundamentado principalmente nas novas relações de trabalho e de produção e, como consequência da eliminação de um regime cruel e desumano de grandes reflexos nas relações sociais no país que foi o regime servil”. (FRANCO NETTO, 2011, p. 105).

Porém, a importância da mão de obra escrava nas atividades de pecuária e de criação, evidenciou-se nas grandes propriedades de terras e se tornou aspecto necessário na reconfiguração econômica da época. Esta não se baseou somente como mão de obra no trabalho de produção de mercadorias, mas também, nas atividades tidas como secundárias: os afazeres domésticos, os serviços de construção, abertura de estradas, os serviços pesados nas fazendas e os trabalhos manuais. A riqueza dos senhores era medida pela extensão de terras e pelo número de escravos, sendo a maior parte crioula (escravos nascidos no Brasil). Em Guarapuava, esses escravos provinham da própria região. Inicialmente predominavam escravos do sexo masculino mas, a partir da segunda metade do século XIX, houve o crescimento da população escrava do sexo feminino.

A década de 1850/1859, foi caracterizada por um crescimento substancial do preço dos escravos em Guarapuava, oscilando entre 1.300.000 réis e 1.535.000 réis. Na década de 1860/1869, o preço foi de 1.475.000 réis e 1.080.000 réis e na última década, de 1870/1880, o preço ficou entre 1.071.400 a 800.000 réis. Em sua análise, o autor levou em consideração a questão dos sexos (masculino e feminino respectivamente) e a idade de maior produtividade dos escravos, que correspondia dos 15 aos 29 anos. O autor constatou foi que, na segunda metade do século XIX, o preço do escravo do sexo feminino sofreu considerável valorização. Dentre os fatores explicativos estão a proibição do tráfico de escravos e a necessidade de procriação.

Em decorrência das mudanças estabelecidas pela propagação das novas mentalidades em torno do elemento servil, o perfil sócio-econômico do país se alterou, especialmente a partir dos movimentos abolicionistas. Ou seja, “Em 1831, o Brasil promulga a lei que torna libertos os indivíduos que [...] (*desembarcassem*) no país”; “o governo brasileiro, não suportando mais as iniciativas externas que estavam abalando sua estrutura interna de produção e comércio, promulga a partir de 1850, a lei que proíbe o desembarque de africanos na costa brasileira”. “A promulgação da Lei do Ventre-livre em 1871, foi a resposta do Governo Imperial àquela parcela da sociedade, formada principalmente por profissionais liberais, insatisfeita com a questão da escravidão”. “No ano de 1885, cria-se uma outra lei, denominada dos sexagenários (*esta lei estipulava a libertação dos escravos a partir dos sessenta anos*), [...] os movimentos abolicionistas ganham força e as fugas e revoltas crescem e, como consequência, as alforrias aumentam substancialmente”. No entanto, “somente a partir de 1880 é que efetivamente o processo de libertação dos escravos ganha força suficiente para que o país tome providências concretas de extinção do sistema escravista”. (FRANCO NETTO, 2011, p. 96-103).

O autor conclui que a participação do escravo na economia paranaense foi essencial para o seu desenvolvimento ao longo do século XIX. A formação da sociedade paranaense se alicerçou no trabalho servil, tanto dos indígenas, como dos

negros. Porém, “A escravidão indígena não se concretizou em sua plenitude, tendo em vista suas particularidades, a não-adaptação ao regime de trabalho, seu pouco rendimento em comparação com o escravo negro” (FRANCO NETTO, 2011, p. 153), sendo, portanto, a mão de obra dos negros a preferida pelos senhores, grandes proprietários de terras.

O livro contribui para a compreensão das bases econômicas, políticas e sociais que se desenvolveram no século XIX no Paraná, oferecendo uma visão acerca da formação do patrimônio econômico, social e político de Guarapuava. Constitui-se como importante fonte de pesquisa e base para outros estudos sobre o Paraná no século XIX. Por conseguinte, desmistifica a visão de que o negro não fez parte da história paranaense e traz provas evidentes de como esse grupo étnico contribuiu para o progresso e constituição da história do nosso estado. As constantes comparações, sobretudo com outras províncias, como no caso de Minas Gerais, onde o número de escravos, no século XIX se apresentava maior, leva a constatar que no Paraná, a utilização da mão de obra escrava também foi importante e expressiva (*em períodos específicos*), como afirma Franco Netto (2011).

Na leitura do texto, compreender-se-á que a contribuição do trabalho escravo na formação da riqueza da província paranaense e, sobremaneira, em Guarapuava, constituiu-se como o alicerce de todo o desenvolvimento sócio-econômico da região. A mão de obra escrava foi essencial na constituição de uma sociedade rural e aristocrática, em que a força de trabalho escrava criou as condições necessárias para a sobrevivência e para a riqueza dos grandes proprietários de terras.

A base econômica estruturada no trabalho servil, amplamente discutida na obra, reverbera na atual conjuntura em que se encontra a condição do negro, no que se refere aos mais variados aspectos da vida em sociedade: econômico, político e até mesmo, educacional. Parte-se do princípio de que os dados apresentados no livro resignificam a historiografia do afrodescendente no Paraná, atribuindo-lhe outros sentidos, os quais não encontramos comumente abordados nas literaturas até então existentes no campo acadêmico.

Endereço para correspondência: Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação - Jardim Universitário – CEP: 87020-900 - Maringá, PR.

E-mail: vicmorsil@hotmail.com